

EIXO TEMÁTICO 2 | TRABALHO, QUESTÃO SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

EDUCAÇÃO, TRABALHO E “QUESTÃO SOCIAL”: a interseção entre gênero, raça e classe social em relação ao abandono escolar

EDUCATION, WORK AND “SOCIAL ISSUE: the intersection between gender, race and social class in relation to school dropout

Marcia Schaiane de Lima da Maia¹
Angela Maria Moura Costa²

RESUMO

Neste artigo, abordamos as causas do abandono escolar a partir de uma perspectiva de gênero, raça e classe social, notificadas no Sistema Educacional da Rede de Proteção (SERP), dessa forma, optou-se por desenvolver a pesquisa pautada no método materialismo histórico dialético, que possibilita uma importante análise da realidade social contemporânea. Ao longo do texto reuniremos elementos históricos e teóricos como instrumento de reflexão teórico-prática da realidade educacional pois, esses se dão através do processo histórico do capitalismo e poderão ser pensadas e compreendidas em suas mais diferentes ramificações e complexidades que desencadeiam o abandono escolar, motivos os quais que ultrapassam os muros da escola e definem-se como ramificações da “questão social” desencadeadas pelo sistema capitalista.

Palavras-chave: Abandono Escolar; Trabalho, política da educação, “Questão Social”, rede de proteção.

ABSTRACT

In this article, we address the causes of school dropout from a perspective of gender, race and social class, notified in the Educational System of the Protection Network (SERP). Therefore, it was decided to develop the research based on the historical materialism method dialectical, which enables an important analysis of contemporary social reality. Throughout the text we will bring together historical and theoretical elements as an instrument for theoretical-practical

¹ Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) orientadora da área de Serviço Social entre 2018 e 2021. Docente do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO). E-mail angelacosta@unicentro.br

² Assistente Social, pós-graduada em Educação; Abordagens da violência contra criança e adolescente; Terapia familiar; Mestranda em Educação PPGE- Unicentro. E-mail: schaysocial@gmail.com

reflection on educational reality, as these occur through the historical process of capitalism and can be thought about and understood in its most different ramifications and complexities that trigger school dropout, reasons which go beyond the school walls and are defined as ramifications of the “social issue” triggered by the capitalist system.

Keywords: School Dropout; Work, education policy, “Social Issue”, protection network.

1 INTRODUÇÃO

A problemática dessa proposta de pesquisa está centrada na importância de compreendermos aspectos atinentes ao trabalho, à escola e à “questão social” essa mais especificamente aos problemas que motivam o abandono escolar notificados no Sistema Educacional da Rede de Proteção (SERP). Desta maneira faz-se necessário abordar parâmetros que emergem pesquisar alguns contextos que vão muito além dos limites da escola pois, incluem a diversidade escolar e a conjuntura social em que os estudantes estão inseridos.

No Estado do Paraná os casos de evasão e abandono escolar por muito tempo foram notificados através de uma ficha denominada Ficha de Comunicação do Aluno Ausente (FICA), as quais eram direcionadas pela escola para a rede de proteção social para que averiguassem as situações adversas e que levassem a intervenções necessárias com os(as) estudantes e suas famílias e não se instituisse uma lacuna entre a notificação do abandono escolar e as medidas emergências adotadas para o retorno do(a) estudante.

O que se sabe é que a referida ficha de comunicação, foi instituída por um programa executado pela Secretaria de Educação do Estado do Paraná em parceria com o Ministério Público denominando “Fica Comigo” e previa ações conjuntas entre escolas, Ministério Público, Patrulha Escolar, Conselho Tutelar, Rede de Proteção e/ou atendimento a comunidade em geral com intuito de que juntos combatessem à evasão e/ou o abandono escolar. O referido Programa surgiu no sentido de instrumentalizar a escola para direcionar ações aos componentes da rede para que promovessem o retorno dos(as) estudantes ao âmbito escolar. Sendo assim, o objetivo desta pesquisa é analisar as expressões da “Questão Social” que mais levam ao abandono escolar notificados no Sistema Educacional da Rede de Proteção (SERP), no município de Guamiranga-PR.

Destarte, faz-se necessário entender quais as diferenças entre evasão escolar e abandono escolar, pois são temáticas com concepções distintas. De acordo com as informações

que constam nos sites de gestão escolar dia-a-dia educação e no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) (1998), ambos trazem o entendimento de **"Abandono escolar"** em situações pontuais, ou seja, quando o(a) estudante deixa de frequentar a escola por um determinado período, enquanto que a **"evasão escolar"** está pautada naquelas situações onde o(a) estudante deixa a escola definitivamente, por motivos adversos, não retornando para o sistema. Dessa forma, no presente estudo abordaremos a concepção pautada no "abandono escolar" definida por eles complementada pela Secretaria de Estado de Educação do Paraná que compactua dessa definição e em complemento engloba estudantes que apresentam infrequência alternada.

Atualmente o abandono escolar está sendo notificado através do Sistema Educacional da Rede de Proteção (SERP) proposto também pela Secretaria Estadual de Educação do Paraná. O objetivo principal do sistema é possibilitar agilidade aos atendimentos, portanto, toda a Rede de Proteção possui acesso ao sistema e preenche on-line os encaminhamentos prognosticados aos estudantes que abandonam a escola, eliminando assim as fichas físicas, anteriormente usadas, que eram anexas ao Caderno do Programa de Combate ao Abandono Escolar (PCAE).

Dessa maneira, faz-se necessário analisar três importantes fatos: a história da política da educação, o trabalho constitutivo que é a vertente que imergem o homem e a mulher como seres sociais e a conjuntura social e estrutural que levam crianças e adolescentes ao abandono escolar.

Para Batista e Oliveira (2009), o abandono escolar é composto por inúmeras extensões que geram conflitos e são de ordem política, econômica, cultural e de caráter social. O abandono da escola não pode ser analisado e compreendido sem levar em consideração todos os aspectos citados acima. Nessa perspectiva, pontua também Benavente et. al (1994, p. 85), "[...] o saber é um direito e um instrumento de participação social e a sua privação inclui os cidadãos em círculos de desigualdades [...] o abandono e a evasão escolar são questões de responsabilidade política, social e institucional".

2 PERSPECTIVA HISTÓRICA DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO NO PAÍS

Existem muitos trabalhos científicos que abordam a temática abandono escolar, porém o intuito desta é realizar uma pesquisa relacionada às demandas da educação trazidas pelas expressões da "questão social" que mais causam esse declínio educacional, considerando os encaminhamentos da rede de proteção como fonte primordial para análise. Sendo assim,

pondera-se a necessidade de elencar momentos históricos que caracterizam a educação como política no país.

Para entendermos a luta pela garantia da educação no Brasil devemos partir da premissa da colonização, do modelo educacional trazido pelos Jesuítas ao se proporem em catequizar os indígenas nativos, sendo essa uma vertente expressiva para a narrativa da educação. Para Shigunov e Maciel (2008), embora o projeto educacional dos jesuítas estivesse subordinado ao projeto português, o mesmo teve papel essencial que contribuiu para que o governo português atingisse seus objetivos no processo de colonização, alicerçando a estrutura educacional da Colônia brasileira. Sabe-se que com o fim da colonização, os Jesuítas precisaram sair do Brasil, caracterizando um período de retrocesso na Educação até o final do século XVII o qual se manteve até a chegada da família real no Brasil.

Segundo Gadotti (2008) sobre a trajetória da história da educação brasileira é necessário entender alguns períodos, do descobrimento do Brasil até 1930 onde predominou-se a educação tradicional centrada no adulto, com características de ensino religioso. Depois viveu-se um confronto entre o ensino privado e o público onde dominou os ideais liberais na educação com o surgimento da escola nova, em oposição à escola tradicional.

Neste sentido, Cunha (2014) define o legado da ditadura como dois fatores, estado-capital e a regeneração moral do indivíduo e da sociedade. O primeiro consiste nos programas de bolsas de estudos em escolas privadas para alunos de baixa renda e o outro consiste na atribuição da educação, principalmente a pública para regenerar indivíduos e a sociedade, as quais teriam “perdido” os “valores” de sociedade, especialmente aos relacionados ao cristianismo, pautada na educação moral e cívica a qual possui vários projetos para retomada, em padrões parecidos ao daquela época.

Dessa forma, devido às várias mudanças no país, naquele período inicia-se um momento com condições de vida e trabalho diversificadas. Segundo Ferreira e Bittar (2006, p.1.165) “[...] o crescimento econômico acelerado do capitalismo brasileiro durante a ditadura militar impôs uma política educacional que se materializou, em linhas gerais, nas reformas de 1968 e de 1971”.

Saviani (2018) discorre o ano de 1988 período pós ditadura militar, onde através da união de várias associações e organizações estudantis foram iniciadas as conferências brasileira de educação, as mesmas tiveram a finalidade primordial de discutir a política de educação

brasileira. Dessa forma ele conceitua alguns momentos expressivos desde a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) ao Plano Nacional de Educação (PNAE).

O PNE conhecido como “projeto da sociedade brasileira”, [...]seguido, dois dias depois, do projeto do MEC que, embora apensado ao anterior, teve a prioridade invertida porque o governo tinha maioria no congresso e reverteu a iniciativa dos educadores. Enfim, de modo especial a partir do segundo mandato de Lula o protagonismo dos educadores tornou-se mais efetivo logrando vários avanços convergindo para a I e II CONAEs (Conferências Nacionais de Educação) tendo como tema central a construção do Sistema Nacional de Educação e do novo Plano Nacional de Educação (Saviani, 2018, p. 294).

Ainda conforme o autor, com a primeira eleição direta para presidente em 1989, assume Fernando Collor de Mello, caracterizado por ser o 1º presidente do Brasil eleito diretamente pelo voto popular e a sofrer impeachment, seu governo esteve pautado no neoliberalismo definido pela redução de investimentos públicos na educação e privatização de empresas estatais. Para Padilha (2016) a administração de Collor resultou numa sucessão de catástrofes em nome da proposição de uma agenda neoliberal, seguindo essa lógica por seus sucessores Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso.

De acordo com Saviani (1999, p. 6) “A década de 90 surge, assim, marcada por um clima de perplexidade e descrença. A orientação dita neoliberal assumida por Fernando Collor e pelo governo Fernando Henrique Cardoso foi caracterizado por políticas educacionais claudicantes”. Pós FHC, no governo Lula, alguns avanços podem ser pontuados como, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) e o Programa Universidade para Todos (PROUNI).

Aguiar (2015) traz uma análise das políticas adotadas pelo governo Lula, indica que ele privilegiou algumas questões da agenda da educação superior, como a ampliação e democratização de acesso, com viés da equidade, ao contemplar populações historicamente não atendidas. Para Silva (2019), nos governos de Lula e Dilma Rousseff, o Brasil vivenciou transformações econômicas e sociais importantes. No campo educacional, houve algumas mudanças significativas no sentido da promoção de uma nova concepção de justiça social baseada na equidade foram observadas.

O ano de 2016, foi marcado por retrocessos e pelo golpe de estado contra a presidente Dilma, contra a classe trabalhadora frente às reformas trabalhistas propostas por Michel Temer e executadas por Bolsonaro. Para Saviani (2016), a crise que se abateu sobre o país tem sido justificada em nome do combate à corrupção e por meio da insistente repetição dos diversos

meios de comunicação. O autor pontua que o erro do Partido dos Trabalhadores (PT) foi, ao assumir o governo, não ter tentado desmontar o esquema que já existia e do qual se serviam todos os partidos que chegavam ao poder.

Atualmente o projeto Escola Sem Partido, a PEC 241/55 e a Reforma do Ensino Médio, foram chamadas pelos estudiosos de “tripé de retrocessos” da educação. “Nesse contexto, se aprovado o projeto da escola sem partido, todo o ensino estará atrelado ao processo de destituição da democracia como regime baseado na soberania popular, colocando o País à mercê dos interesses do grande capital” (Saviani, 2016, p.390-391).

Saviani (2016), pontua que a escola sem partido é chamada pelos críticos de lei da amordaça, por existem nela várias restrições docentes, negando a autonomia didática, as motivações da direita têm conseqüentes investidas na educação. Para ele esse processo possui duplo componente, sendo o primeiro, a fase atual do capitalismo em crise estrutural e igualmente as especificidades da formação social brasileira marcada pela resistência da classe dominante. A referida lei permanece alicerçada no autoritarismo, no descaso com a ciência e nas práticas pedagógicas inerentes ao totalitarismo.

Segundo uma nota no site do Ministério Público do Paraná, um texto escrito por Sartori (2019) define o projeto “Escola Sem Partido” como a destituição dos professores como figuras fundamentais na mediação do conhecimento. O intuito é eliminar o ensino público dentro da perspectiva histórica, crítica, libertadora e científica, como fosse essa uma forma de doutrinar os cidadãos segundo uma só ideologia dominada pelo sistema capitalista.

3 O TRABALHO E A QUESTÃO SOCIAL:

Para entendermos o trabalho em sua amplitude social e as expressões da “questão social” a ele relacionadas, faz-se necessário entendermos a lógica do capitalismo. Para Marx (1985), a sociedade capitalista se constituiu a partir da decomposição da sociedade feudal. “O trabalhador, que era o produtor direto, deixou de ser servo vinculado à gleba para transformar-se em trabalhador assalariado, vendendo sua força de trabalho, que é a única mercadoria que ele possui” (Marx, 1985, p.262).

Para Gois (2017) a acumulação capitalista pressupõe a existência do detentor dos meios de produção e proprietário do dinheiro, que aumenta sua riqueza na medida em que compra trabalho. Marx, define o trabalho como um processo entre o homem e a natureza.

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem [...] põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporeidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural como forma útil para a sua própria vida. Ao atuar por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica ao mesmo tempo a sua própria natureza (Marx, 2002, p. 142).

Discorrendo desse pressuposto, Tonet (2020, p.12), afirma que “[...] o trabalho é categoria fundante do ser social. Portanto, partimos dessas concepções, para compreender a sociedade atual, da constatação de que o ato que funda a sociedade capitalista é o trabalho assalariado”. Para Frigotto (2009), o trabalho é o princípio educativo porque é através dele que o ser humano produz a si mesmo, produz a resposta às necessidades básicas, imperativas, como ser da natureza (mundo da necessidade), mas também e não separadamente às necessidades sociais, intelectuais, culturais, lúdicas, estéticas, artísticas e afetivas (mundo da liberdade).

Destarte, necessitamos entender a sociedade como um todo e como ela é e/ou está estruturada de acordo com as exigências do sistema capitalista o qual domina a força de trabalho gerando o pauperismo. Dessa forma, “O pauperismo em massa da classe trabalhadora tratava de um fenômeno novo, que mostrou que, pela primeira vez na história registrada, a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riqueza” (Netto, 2001, p. 42). Nesse sentido, a produção capitalista, traduz uma história de alienação e exploração ao trabalho, o estado predominante “enxerga” através das lentes do capital concomitantemente dos seus interesses de produção econômica.

“No capitalismo, adquiriram uma nova lógica e dinâmica, estando associadas à produção de riqueza, ou seja, a escassez passa a ser uma produção social, e não mais resultado da ordem natural” (Castelo, 2010, p.85). Dessa forma, o autor discorre que a pobreza e as desigualdades estão relacionadas à divisão das classes sociais.

Nessa perspectiva, com o aumento das desigualdades sociais desencadeadas pelo capitalismo, surgem várias expressões da “Questão Social. Ao encontro dessa concepção traz Iamamoto (2005, p. 27) que a “Questão Social como um conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, discorrendo sobre o trabalho que se torna mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada e monopolizada”.

Dessa forma, entendemos que a “questão social” também se manifesta nos movimentos sociais contemporâneos, que reforçam práticas de trabalho informal, a precarização das condições de trabalho, o desemprego estrutural e a desigualdade social. Portanto, a questão social é uma expressão das contradições do sistema capitalista que envolve não apenas os aspectos econômicos, mas também os aspectos políticos, culturais e sociais que estão relacionados à exploração e opressão dos trabalhadores.

4 EXPRESSÕES DA “QUESTÃO SOCIAL” NO ÂMBITO ESCOLAR

Para que a “questão social” seja compreendida, é importante retomar a discussão do capitalismo, da sua constituição e pensá-lo mais amplamente no contexto histórico da educação trazendo questões emergentes para esse campo de estudo, pois percebe-se que muitas concepções trazidas pelo senso comum referentes ao abandono escolar, ainda possuem uma visão anacrônica, deixando de lado toda a perspectiva histórica do(a) estudante.

Saviani (2012) define que o(a) homem(mulher) é um ser social que se desenvolve a partir das relações sociais, de acordo com os pressupostos da dialética, independentemente de suas condições, o ser humano é incapaz de construir sozinho suas próprias relações, precisando constantemente de interações sociais e políticas, sendo a escola um dos principais mediadores dessas interações. Sobre esse prisma, a conjuntura do capitalismo se concentra na análise das estruturas sociais, políticas e econômicas que moldam e influenciam o sistema educacional onde prevalecem as teorias não-críticas, a valorização do desenvolvimento individual e supervalorização das políticas educacionais existentes, sem questionar profundamente as relações de poder e desigualdades enraizadas no âmbito escolar pela sociedade capitalista.

Dessa maneira, segundo Saviani (1983, p. 4), as teorias **não-críticas** da educação entendem a “questão social” não como expressão da luta de classes, mas como um problema individual, uma distorção que afeta a harmonia da sociedade, que pode e deve ser corrigida, sendo a educação o instrumento a reverter tais distorções. Nesse contexto, das teorias não-críticas domina o pensamento da pedagogia tradicional, pedagogia nova e tecnicista. Esses pensamentos caracterizam a marginalidade como algo que deve ser corrigido pela educação.

Na tendência tradicional, “[...] é marginalizado quem não é esclarecido” e a educação é um “[...] antídoto à ignorância, logo, um instrumento para equacionar o problema da

marginalidade” (Saviani, 1984, p. 10). Sobre a escola nova, na perspectiva de Saviani (1984, p. 14) essa nova concepção teórica, encantou os profissionais da educação escolar e foi entendida como uma justificativa para o “[...] afrouxamento da disciplina [...]” e motivo de “[...] despreocupação com a transmissão de conhecimento [...]” para as classes mais pobres, o que agravou o problema da marginalidade.

Para entendermos como a problemática está sendo abordada em pesquisas já existentes sobre as ramificações da “questão social” nas escolas, como aporte bibliográfico foi realizado um mapeamento no portal Capes, na busca de literaturas que discorressem sobre a temática proposta. Dessa maneira, usamos as seguintes palavras chave “Abandono escolar”, “questão social”, elegendo como refinamento da pesquisa um recorte temporal dos anos de 2021 a 2023, onde encontramos 07 dissertações de mestrado. Após utilizarmos os critérios de inclusão e exclusão e leitura do título, palavras-chaves, foram selecionados 3 artigos que atenderam aos critérios definidos previamente, pois os demais não condizem com o tema proposto.

Quadro I - PESQUISAS RELACIONADAS AO “ABANDONO ESCOLAR” OR QUESTÃO SOCIAL” - Portal CAPES QUADRO

Título	Autor (a)	Dissertação/Ano	Endereço eletrônico
Abandono e evasão de adolescentes: Problemas para uma rede (integrada) de proteção.	Ana Carolina L. Ramos	Proposições-UNICAMP 2021	https://bdt.d.ibict.br/vufind/Record/UNICAMP-30_537c04d1863737af91351e1fcf845460
Raiz comum de expressões da “questão social” presentes em escolas públicas brasileiras	Sandra Gomes da Silva Garcia	Fundação Universidade Federal de Sergipe 2020	https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/14036/2/SANDRA_GOMES_SILVA_GARCIA.pdf
A educação infantil e a pobreza sob o contexto da crise estrutural do capital: Uma análise ontomaxxista dos relatórios de monitoramento global da educação para todos	Caroline R. Carvalho	Universidade Estadual do Ceará 2020	https://www.uece.br/ppge/pesquisa/dissertacoes/dissertacoes-2020/

ORGANIZAÇÃO: Elaborado pela autora em 24 de outubro de 2023.

Para Ramos (2021) diversos são os fatores que favorecem a ocorrência do abandono e evasão, fatores esses pertencentes às dimensões escolar, socioeconômica, familiar e da singularidade do adolescente, que se entrelaçam e dificultam sua resolução. Para a autora tais questões apontam a vulnerabilidade social como contexto de risco para o fenômeno.

A tese de Garcia (2020), aponta que os resultados da pesquisa revelaram que crianças e adolescentes, fundamentalmente negros(as) e moradores(as) das periferias, diante das poucas condições materiais e que se encontram subjugados, são quantitativamente os mais afetados em relação ao baixo rendimento escolar, reprovação, abandono, evasão e violência. Ambas autoras, evidenciam a vulnerabilidade social e questões de desigualdade racial como principais fatores para o abandono escolar.

Para Carvalho (2020) também como outro pressuposto, que no Brasil, as políticas de cunho socioeducativo se transformam em uma política educacional destinada a população pobre, restringindo a prática pré-escolar apenas ao cuidado de crianças carentes ao invés de se configurar como um efetivo e necessário processo de escolarização. À luz da ontologia marxiana, foi analisada a relação entre pobreza e educação infantil no contexto de crise estrutural do capital, situando como política socioeducativa restrita ao acolhimento social de crianças pobres.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa análise inicial sugere uma visão crítica dos problemas relacionados ao abandono escolar, destacando a influência do capitalismo excludente e da desigualdade social. Reforça o contexto gerado pelas desigualdades, igualmente evidencia que o abandono escolar não é apenas um problema individual, mas sim um reflexo de questões estruturais mais amplas na sociedade advindas do capitalismo.

A pobreza é identificada como um fator significativo que contribui para o abandono escolar pois está interligada a fatores escolares, socioeconômicos, familiares e individuais que geram as múltiplas ramificações da “questão social” e que contribuem significativamente para o abandono escolar.

Sendo assim, entende-se que o ensino se constrói na diversidade e na pluralidade de conhecimentos. Dessa forma percebe-se a necessidade de abordar o abandono escolar frente ao contexto social em que os estudantes estão inseridos. Portanto, nossas reflexões mostram que é preciso avaliar o contexto atual da escola, como se dão as relações sociais e refletir sobre as causas do abandono escolar, bem como entender como se dá o processo de intervenção da rede de proteção. É preciso entender através da pesquisa sobre as vertentes da política de educação no país, já que essas deveriam estar pautadas na garantia de direitos escolares e de acesso aos(as) estudantes, principalmente em relação àqueles(as) que estão expostos às

diversidades trazidas pelas ramificações da “Questão Social” como é o caso do abandono escolar.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, V. **Um balanço das políticas do governo Lula para a educação superior:** continuidade e ruptura Rev. Sociol. Polit., v. 24, n. 57, p. 113-126, mar. 2015. disponível <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/4BhqdWbbvKRGRKPBwhH3QQN/?lang=pt&format=p df>. Acesso em 21 de jun.2023.
- BATISTA, S. D. et.al.. **A evasão escolar no ensino médio: um estudo de caso.** Revista Profissão Docente, Uberaba, v.9, n.19, pp. 7094, jan./jul. 2009. Disponível em: <https://revistas.uniube.br/index.php/rpd/article/view/229> Acesso em: 15 de set. 2023.
- BENAVENTE, A. et.al. **Renunciar à escola: o Abandono Escolar no Ensino Básico.** Fim de Século Edições, Ltda. (Lisboa), 1994.
- CASTELO, R. **A “questão social” nas obras de Marx e Engels Rodrigo.** PRAIAVERMELHA / Rio de Janeiro / v. 20 nº 1 / p. 85-94 / Jan-Jun 2010.Disponível em: <https://www.unirio.br/unirio/cchs/ess/Members/rodrigo.castelo/artigos/a-questaosocial-nas-obras-de-marx-e-engels>. Acesso em 17 de set. 2023
- CARVALHO. R.C. **A educação infantil e a pobreza sob o contexto da crise estrutural do capital:** Uma análise onto-marxista dos relatórios de monitoramento global da educação para todos. Universidade Estadual do Ceará 2020. Disponível em: <https://www.uece.br/ppge/pesquisa/dissertacoes/dissertacoes-2020/>.Acesso em 18 de agosto 2023.
- CUNHA, L. A. **O legado da ditadura para a educação brasileira.** Revista Educação e Sociedade. Campinas, v. 35, n. 127, p. 357-377, abr.-jun. 2014 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/Tm5wH75ZnW3DLpxLbLFqcvt/?format=pdf&lang=pt#:~:text=A%20ditadura%20n%C3%A3o%20inventou%20a,o%20superior%20e%20o%20b%C3%A1sico>. Acesso em 19 de jun. 2023
- DIA A DIA EDUCAÇÃO. Programa de Combate ao Abandono Escolar. Diponível em : <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/faq/category.php?categoryid=13>. Acesso em 15 de maio 2023.
- FERREIRA, A.; BITTAR, M. **A ditadura militar e a proletarização dos professores** Cad. Cedes, Campinas, vol. 27, n. 97, p. 1159-1179, set./dez. 2006. Disponível em <https://www.scielo.br/j/es/a/68LFXzgCbjBWcy5m97dXTXC/?format=pdf>. Acesso em 22 de set. 2023.
- FRIGOTTO; G. **Teoria e práxis e o antagonismo entre a formação politécnica e as relações sociais capitalistas.** Trab. Educ. Saúde, rio de janeiro, v. 7, p. 67-82, 2009. <https://www.scielo.br/j/tes/a/zQ8Gc4nzcz3y5kSfcxqdRZk/?format=pdf&lang=pt> Acess o em : 20 de jun.2023

GADOTTI, M.. Educação e poder: **introdução a pedagogia do conflito**. 13 ed. Cortez, São Paulo, 2008.

GARCIA.G.S.S. **Raiz comum de expressões da “questão social” presentes em escolas públicas brasileiras**. Fundação Universidade Federal de Sergipe 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?po pup=true&id_trabalho =9920351. Acesso em 13 de outubro de 2023

GOIS, C. J. S. **A gênese da pauperização da classe trabalhadora na sociedade capitalista**. 03 Nov.2017. Disponível em :<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/180605>. Acesso em 17 de set. de 2023. .

IAMAMOTO, V. Marilda. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2005.

INEP. **Notícias Censo Escolar**. Nov. 2010. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/informe-estatistico-do-mec-revela-melhoria-do-rendimento-escolar>. Acesso em: 05 de maio. 2023

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I, volume I. Tradução Reginaldo Sant’Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MARX, K. O Capital. São Paulo: Nova Cultural Ltda., 1985. Vol. II. (Série Os Economistas).

NETTO, José P. **Cinco Notas a Propósito da “Questão Social”**. In: Temporális nº 3. Brasília: ABEPSS, Graflina, 2001 (p. 09-32).

NETO S.MACIEL, Alexandre; B. SHIZUE;Li. **O ensino jesuítico no período colonial brasileiro: Algumas discussões**. Educ. rev. , Curitiba, n. 31, de 2008, disponível em www.scielo.br

PADILHA, T. A. C. **A política educacional do governo Itamar Franco (1992-1995) e a questão da inclusão** . Revista espaço acadêmico n 180- 2016. Disponível em <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/29541/16552> Acesso em: 01 out. 2023.

RAMOS. L.C. Abandono e evasão de adolescentes: **Problemas para uma rede (integrada) de proteção**. Proposições UNICAMP 2021: Disponível em: [file:///C:/Users/usuario/Downloads/ramos_anacarolina_m%20\(5\).pdf](file:///C:/Users/usuario/Downloads/ramos_anacarolina_m%20(5).pdf) Acesso: em: 13 abril.2023.

SAVIANI, D. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política**. 32. ed.- Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. 42ª ed. Campinas: Autores Associados.2012.

SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações**. 11ª edição revista. Campinas, SP: Autores Associados, 2016.

SAVIANI, D. **Política Educacional No Brasil Após a Ditadura Militar**. Revista. HISTEDBR on-line, [S. I.], v. 18, n. 2, p. 291–304, 2018. Disponível em: <<http://www.histedbr.org>

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8652795> . Acesso em: 19 out.2023.

SAVIANI, D. O vigésimo ano da LDB: As 39 leis que a modificam. **Retratos da Escola**. Brasília, v. 10, n. 19, p. 379-392, jul./dez. 2016. Disponível em: <http://www.esforce.org.br>. Acesso em 11 agosto. 2023.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1983.

SAVIANI, D. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política**. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1984.

SILVA.A. M.C. J. **As tensões e contradições das políticas educacionais brasileiras dos governos de Lula e Dilma Rousseff: o Ideb e o Programa Mais Educação**. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/31802> .2019. Acesso em 02 out. 2023.